

 GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ GOVERNADOR: RUI PINTO		DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO-CHECK LIST INSTITUIÇÃO AMBULÂNCIAS, VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS e PROCEDIMENTOS						
CONVENIENTE:		LEGENDA						
OBJETO:		E	ENTREGUE					
MAPP's:		I	INCOMPLETO					
Nº DE ANÁLISE:		N/E	NÃO ENTREGUE					
DATA:		N/A	NÃO SE APLICA					
DOCUMENTOS		FUNDAMENTAÇÃO LEGAL		E	I	N/E	N/A	PÁG.
1.DOCUMENTAÇÃO BÁSICA	1.1	Ofício de solicitação de formalização Termo de Fomento ou Colaboração; <b>ANEXO I</b>	Requisito técnico do Concedente					
	1.2	Certidão de regularidade cadastral emitida pelo sistema corporativo de gestão de parcerias-CGE	Decreto Estadual nº 32.810/18 - Art. 45,"I"					
	1.3	Declaração do Representante Legal do Parcerio com a informação que não incorre em em quaisquer das situações previstas nos incisos VI a IX do artº 16 do decreto; <b>ANEXO II</b>	Decreto Estadual nº 32.810/18 - Art. 45,"II"					
	1.4	Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;	Decreto Estadual nº 32.810/18 - Art. 47,"II"					
	1.5	Cópia do Estatuto da Organização	Requisito técnico do Concedente					
	1.6	Cópia da Ata da última Eleição da Diretoria	Requisito técnico do Concedente					
	1.7	Cópias dos Documentos do Representante Legal:	Requisito técnico do Concedente					
	1.7.1	Cópia do RG;	Requisito técnico do Concedente					
	1.7.2	Cópia do CPF;	Requisito técnico do Concedente					
	1.7.3	Comprovante de Residência atualizado;	Requisito técnico do Concedente					
	1.8	Comprovante de endereço atualizado da organização	Requisito técnico do Concedente					
	1.9	Declaração das normas de organização interna da organização da sociedade civil celebrante que evidenciem as condições de que tratam os incisos I, II e III do art. 46; <b>ANEXO III</b>	Decreto Estadual nº 32.810/18 - Art. 47,"I"					
	1.10	Certificado como Entidade Beneficente de Assistência Social na Área da Saúde emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social;	Requisito técnico do Concedente					
	1.11	<b>Comprova</b> ntes de experiência prévia na realização do <b>OBJETO DA PARCERIA</b> ou de objeto de natureza semelhante CONFORME LISTA ABAIXO:	Decreto Estadual nº 32.810/18 - Art. 47,"III"					
	1.11.1	a) instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;	Decreto Estadual nº 32.810/18 - Art. 47,"III", a.					
	1.11.2	b) relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;	Decreto Estadual nº 32.810/18 - Art. 47,"III", b.					
	1.11.3	c) publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela organização da sociedade civil ou a respeito dela;	Decreto Estadual nº 32.810/18 - Art. 47,"III", c.					
1.11.4	d) currículos profissionais de integrantes da organização da sociedade civil, sejam eles dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;	Decreto Estadual nº 32.810/18 - Art. 47,"III", d.						
1.11.5	e) declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos <b>RELACIONADOS AO OBJETO DA PARCERIA</b> ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; <b>ANEXO IV</b>	Decreto Estadual nº 32.810/18 - Art. 47,"III", e.						
1.11.6	f) prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela organização da sociedade civil.	Decreto Estadual nº 32.810/18 - Art. 47,"III", f.						
1.12	Declaração do representante legal da organização da sociedade civil sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou adquirir; <b>ANEXO V</b>	Decreto Estadual nº 32.810/18 - Art. 47,"IV"						
1.13	Declaração referente a Dirigentes, Contratação e Remuneração; <b>ANEXO VI</b>	LEI nº 13.019/14, Art. 45, "II"						
1.14	Informação dos Dados da Conta Bancária (Caixa Econômica Federal); <b>ANEXO VII</b>	Portaria CGE nº 130/2015 – Art. 5º						
1.15	Cotação prévia de mercado, mínimo 3 propostas (Caso a Instituição não consiga as 3 propostas, justificar com documentos comprobatórios)	Decreto Estadual nº 32.810/18 - Art. 49, §2º, §3º, §4º e §5º.						
1.16	Declaração da Contrapartida, quando houver; <b>ANEXO VIII</b>	Decreto Estadual nº 32.810/18 - Art. 49, "IX"						
1.17	Plano de Trabalho - <b>ANEXO IX e X</b>	Decreto Estadual nº 32.810/18 - Art. 49						